

## Parte I - Sentidos do trabalho: contextos de reprodução e de reinvenção

A invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social: a condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande

Rosa Emília Araújo Idalino  
Roberto Vêras de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

IDALINO, REA., and OLIVEIRA, RV. A invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social: a condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande. In: OLIVEIRA, RV., org. *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 113-144. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# A invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social: a condição social dos “flanelinhas” em Campina Grande<sup>45</sup>

Rosa Emília Araújo Idalino  
Roberto Vêras de Oliveira

## Introdução

O presente artigo se propõe a um estudo da condição social dos “flanelinhas” atuantes na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Os “flanelinhas” se converteram em um segmento bastante disseminado especialmente nos médios e grandes centros urbanos do país, inclusive na Paraíba. Trata-se de um tipo de trabalhador informal que se apresenta como guardador de carros estacionados em espaços públicos. Compõe a problemática mais ampla da informalidade, tão presente no desenvolvimento urbano-industrial brasileiro.

O mercado de trabalho no Brasil foi formado dentro de uma perspectiva dual, característico de países subdesenvolvidos, vinculado ao crescimento da urbanização e da industrialização, onde se configurou um segmento restrito de trabalhadores mais qualificados, melhor pagos e com vínculos mais estáveis, em contraste com outro segmento, formado pela maioria, no âmbito do qual prevaleceu o subemprego e o auto-emprego informal. A migração do campo para as cidades, como na maioria dos países latino-americanos, contribuiu para a formação de um excedente de mão-de-obra urbana, dando azo ao trabalho por conta própria, ao “bico”, às formas mais precárias de inserção no mudo do trabalho.

---

45 Este artigo se baseia na Dissertação de Mestrado defendida por Rosa Emília Araújo Idalino, em 2012, no PPGCS/UFPG, sob a orientação de Roberto Vêras de Oliveira, com o título *A reinvenção do trabalho no limiar da exclusão social: um estudo sobre a condição social dos “flanelinhas” na cidade de Campina Grande – Paraíba*.

A temática da informalidade ressurge atualmente, diante da composição e das transformações no campo das relações de trabalho que vêm ocorrendo nas últimas décadas, em âmbito mundial, sob fortes pressões desregulamentadoras e flexibilizadoras. Na contemporaneidade, assistimos a uma nova dinâmica sócio-econômica em esfera global, marcada pela financeirização dos capitais e pela liberalização dos mercados. O novo contexto vem se estabelecendo, desde os anos 1970, sob os efeitos da desarticulação do sistema de produção fordista<sup>46</sup>, que predominou no pós-guerra nos países industrializados. As relações de trabalho vêm ganhando novas configurações, ao mesmo tempo em que reproduzem e modificam formas antigas. Os empregos e atividades que se distanciam dos padrões anteriores se apresentam com baixos salários, ausência de vínculo trabalhista e de contribuições sociais, mas dando base a uma nova dinâmica de acumulação de capital. O fenômeno da informalidade se agrava como consequência dessas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que implicam em processos de precarização das condições de vida e de trabalho.

No Brasil, as transformações econômicas e institucionais trazidas com a industrialização jamais alcançaram o conjunto das massas trabalhadoras. Sobretudo a partir da década 1990, com a crise do modelo desenvolvimentista e a ascensão neoliberal, o governo brasileiro associou abrupta liberalização da economia a abrangente processo de privatizações, agravando ainda mais a situação da classe trabalhadora, da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>47</sup>. Essa nova realidade social configurou um cenário de agravamento do padrão já flexível e precário que tem marcado as relações de trabalho no país. Cresceu naquele momento o número de trabalhadores que passou a conviver com o drama do desemprego e com seus efeitos sociais, em que a busca de uma ocupação como estratégia de sobrevivência vai ser encontrada na informalidade. Passou a ser ainda mais comum a presença de trabalhadores de rua (re)inventando atividades informais, porém, sem muitas vezes terem tais atividades reconhecidas como *trabalho*. Um exemplo disso é a atividade exercida nos centros urbanos pelos “flanelinhas” e lavadores de carro, que ganham o seu sustento guardando e ou lavando carros estacionados em vias públicas.

A presente pesquisa teve como propósito analisar esse tipo de atividade informal, particularmente focando na situação verificada na cidade de

---

46 De acordo com Lipietz (1989), o *fordismo* é um regime de acumulação em bases capitalistas, que se desenvolveu na maior parte dos países da OCDE, após a Segunda Guerra Mundial, cujas principais características é a produção e o consumo em massa.

47 Termo utilizado por Antunes (1999).

Campina Grande. A ampliação recente do número de “flanelinhas” e lavadores de carros compõe o quadro de respostas ao agravamento das condições de inserção no trabalho, especialmente vividas no país, com reflexos em Campina Grande, a partir dos anos 1990. A condição do “flanelinha”/lavador de carro é uma invenção social da parte daqueles que, sob o primado da luta pela sobrevivência, se vêem totalmente excluídos das oportunidades de emprego formal e, mesmo, informal. A sua ocupação, o seu trabalho, a sua utilidade social, e a renda que a partir daí auferem, é resultado de uma estratégia de sobrevivência que se situa no limiar daquilo que pode ser socialmente considerado como *trabalho*.

Foi assim que nos perguntamos: como os “flanelinhas”/lavadores de carro apreendem sua própria condição social e o trabalho que exercem? Como são percebidos pelos “outros” com os quais se relacionam quando da prestação desse “serviço” (“clientes” e poder público local)? Que dinâmicas marcam essa condição social e que tendências se apresentam?

## A informalidade como questão histórica no Brasil

O termo “setor informal” surgiu de estudos realizados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, lançado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, na década de 1970. Em seu relatório sobre o Quênia, a OIT concluiu que para além do desemprego havia um significativo contingente de “trabalhadores pobres” ocupados em atividades sem registro, proteção e regulamentação públicos (OIT, 1972). Tal noção gerou controvérsias, mas estabeleceu um marco referencial para ações governamentais e os estudos sobre a economia e trabalho particularmente nos países periféricos.

Nessa mesma trilha, a OIT lançou o Programa de Emprego para a América Latina e o Caribe – PREALC, para quem a origem do trabalho informal na América Latina e Caribe teria sido resultante da desordenada migração campo-cidade, principalmente desencadeada com o fim da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de industrialização tardia. As transformações econômicas, pelas quais vinham passando os países da região, teriam contribuído para a expulsão de trabalhadores das atividades agro-pecuárias em direção às zonas urbanas, em busca dos empregos industriais. Mas a capacidade de absorção de trabalhadores, pela incipiente e ainda frágil estrutura industrial, se mostrou limitada, a ponto de se constituir com isso um excedente de força de trabalho, que foi levado a buscar, por conta própria, prover sua sobrevivência em atividades criadas no imprevisto, precárias, principalmente no comércio e no setor de serviços. No âmbito dos estudos do PREALC, a noção de “setor

informal” foi mantida nos seus fundamentos principais: referindo-se a iniciativas individuais e familiares, dotadas de nenhum ou quase nenhum capital, se utilizando de pouca tecnologia, intensivas em trabalho, com baixa produtividade, com atuação em mercados concorrenciais e não regulamentados.

Os estudos da OIT estabeleceram, assim, um padrão de abordagem sobre economias periféricas e formas de produção e trabalho diferenciadas daquelas que haviam se estabelecido nos países centrais. Entretanto, conforme toda uma linhagem de críticas que se seguiu, não conseguiu ir além de uma perspectiva dualista, que toma o formal e o informal como regiões paralelas, expressão de uma dicotomia entre o *moderno* e o *atrasado*.

Foi nesse contexto que se inseriu a crítica de Francisco de Oliveira (1987) ao que denominou de *razão dualista*, quanto ao modelo que sustentou o processo de industrialização do país:

A especificidade particular de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga periferia onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (OLIVEIRA, 1987, p. 44).

Propõe-se, assim, que é a própria dinâmica capitalista que, além de produzir e reproduzir as condições de existência das atividades formais, propiciam o surgimento e a reprodução de formas produtivas compreendidas no setor informal. Segundo Cacciamali (2000), entre o informal e o formal se estabelece um fluxo de produtos, de mão de obra e de renda.

Mas sob tais condições, a questão da informalidade se apresenta como um fenômeno típico dos países periféricos. Nos países centrais, vigia nesse período os chamados “anos dourados” da era fordista. Entretanto, na passagem da década de 1970 para 1980, com a crise do que a Escola da Regulação francesa chamou de *pacto fordista*, inaugura-se uma nova fase da dinâmica mundial do capitalismo, na qual caem as taxas médias de crescimento, reorientam-se as prioridades das políticas públicas, liberalizam-se os mercados financeiros, de produtos e de serviços, implementa-se políticas de privatizações, adotam-se inovações tecnológicas e organizacionais nos processos produtivos, gerando com isso transformações nos padrões de relações de trabalho, em geral no sentido da *flexibilização*, *precarização*, *informalização*. Nos países centrais

emergiu a noção de *informalidade* como *ilegalidade*, nominada de *economia submersa*, referida a uma gama de atividades não reguladas, em geral praticadas por migrantes clandestinos, mas também por empresas formais cada vez mais propensas a empregar informalmente (FILGUEIRAS *et al*, 2004). Para Harvey (1992, p. 145), a “subcontratação organizada” possibilita “que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (‘padrinhos’, ‘patronos’ e até estruturas semelhantes à da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo”. A questão da informalidade ganha nova evidência.

## A informalidade como questão atual

Cacciamali (2000) foi encontrar no conceito de “processo de informalidade” uma compreensão mais adequada sobre reemergência do referido fenômeno na atualidade. Na América Latina, dos anos 1990, estaria se processando uma crescente informalidade. A autora destaca dois fenômenos: um referido às mudanças nas relações e contratos de trabalho nas empresas formais, com crescente ausência de regulamentação trabalhista (assalariados não registrados); outro relacionado às estratégias de auto-emprego empreendidas pelos que não conseguem uma inserção no mercado de trabalho formal (trabalhadores por conta própria). Tais segmentos têm em comum o fato de serem *informais*, mas se encontram submetidos a processos diferenciados e, portanto, devem ser analisados distintamente.

Para Filgueiras *et al* (2004), é preciso ir além do caráter dualista da noção de “setor informal”, derivado das posições desenvolvidas pela OIT a partir do início dos anos 1970. Mas mesmo o conceito de “economia subterrânea”, surgido nos países capitalistas centrais no final dos anos 1970, que incluiu nessa categoria os trabalhadores assalariados contratados informalmente, não consegue dar conta da problemática da informalidade, na sua complexidade, especialmente considerando como essa se coloca atualmente. É preciso compreender nessa condição todas as atividades e relações de trabalho não-fordistas ou precárias, situadas fora das relações salariais regulamentadas. Ou seja, não faz sentido, nessa perspectiva, a idéia da informalidade como um “setor”.

Dedecca e Baltar (1997), diante do crescimento da informalidade nos anos 1990, propõem que a essa estaria passando a uma nova função na dinâmica da economia, ao se constituir como alternativa de ocupação para os expressivos contingentes de trabalhadores assalariados expulsos do setor organizado (formal). Por outro lado, completa os autores:

As novas relações entre o segmento organizado e o não-organizado são, ademais, importantes para uma maior flexibilidade produtiva do primeiro, pois a externalização de atividades pode ser, quando desejado, rapidamente revertida (ao menos parcialmente) nas conjunturas de queda do nível de atividade, mediante uma reincorporação de funções ou produção subcontratadas (DEDECCA e BALTAR, 1997, p. 74).

Com isso, as relações entre os segmentos formal e informal ganham ainda mais laços de interdependência. É quando emerge a ideia de uma *nova informalidade*.

Nos termos de Malaguti (2000, p. 14): “o ‘não-formal’ manifesta-se em regiões ou países de inequívoca vocação capitalista, em empresas públicas ou privadas, em instituições governamentais ou civis. Portanto, não é algo que possa ser eliminado da dinâmica social e econômica capitalista”. Para esse autor, os segmentos dominantes, em busca de se legitimar socialmente, “enaltecem e reproduzem um sistema ideológico onde o trabalho árduo é eufemisticamente confundido com ‘empreendimento’, as virtudes da independência com ‘liberdade’ e o trabalho por conta própria com ‘realização pessoal’” (MALAGUTI, 2000, p. 89).

Mais recentemente, com a retomada do crescimento econômico e um maior incremento nas políticas sociais, quando se observam relevantes alterações nos indicadores sociais e do trabalho, alguns estudos vêm procurando adaptar se anterior às novas situações. Um destaque: Leite e Araújo (2009). Em um dos capítulos da referida coletânea, por exemplo, Baltar *et al* (2009, p. 44-45) assim concluem sua análise:

A reativação da economia brasileira, a partir de 2004, num contexto de manutenção do elevado superávit primário, provocou crescimento das oportunidades de emprego e crescente formalização das relações de trabalho. Entretanto, há uma enorme fração da PEA voltada para o trabalho por conta própria e no mercado de trabalho assalariado uma combinação de expressivo desemprego aberto e de emprego sem carteira assinada. No próprio emprego formal continua a existir muita rotatividade e baixos salários. O impacto da retomada da economia em termos de modificar o mercado de trabalho é limitado, exigindo muitos anos de intenso crescimento econômico, mesmo porque deverá continuar a expressiva

intensidade da ampliação da população ativa. A continuidade do crescimento da economia irá lentamente melhorando a situação do mercado de trabalho especialmente se for sendo aperfeiçoada a regulação pública das relações de trabalho (melhorando a contratação coletiva e elevando os padrões mínimos de condições de trabalho e remuneração, imposto pelo Estado passo a passo com a elevação da produtividade do sistema de produção), inclusive a fiscalização (pelo Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Justiça de Trabalho e Sindicatos) do cumprimento das leis trabalhistas.

Sob tais condições, a questão da informalidade, nos estudos sobre dinâmicas das relações de trabalho no Brasil, continua pertinente, ainda mais em regiões como o Nordeste e a Paraíba, historicamente mais marcadas por tal realidade.

### **Flanelinhas em Campina Grande: a invenção cotidiana do trabalho**

A desestruturação de um mercado de trabalho historicamente dual e marcado pela precariedade, como ocorrido no Brasil especialmente a partir da década de 1990, também repercutiu na cidade de Campina Grande<sup>48</sup>. Vários processos, relacionados a transformações ocorridas em escala mais ampla, concorreram para afetar a condição de entreposto comercial que Campina Grande exerceu na Paraíba e no Nordeste ao longo do Século XX. Ao mesmo tempo, a crise do projeto da Sudene afetou a estruturação do seu Distrito Industrial. A economia municipal se viu diante de uma encruzilhada especialmente a partir dos anos 1980, situação que desembocou em uma crise que a abalou de modo importante, época em que muitas empresas foram fechadas, resultando numa forte onda de desempregos. Associada à queda na oferta de empregos formais, ocorrida nos anos de 1980 e de 1990, o quadro social em Campina Grande se agravou nesse período também com a diminuição do fluxo migratório com destino ao Sudeste do país e até mesmo com o retorno de alguns dos antigos migrantes, desencantados com a falta de oportunidades naquela região.

Aspectos como esses foram responsáveis pelo agravamento da informalidade nessa e em outras cidades do país. Nas diversas ruas de Campina Grande foi

---

48 Ver, a respeito, Alves e Silva (2009).



possível se observar o crescente número de pessoas em luta diária para obter uma forma de sobrevivência, visto que não conseguiam inclusão no mercado de trabalho formal. Entre esses, os assim chamados “flanelinhas” e os lavadores de carros.

*Preliminares sobre a situação dos “flanelinhas”/lavadores de carros estudados*

Diariamente, sobretudo nas ruas mais centrais de Campina Grande, inúmeros são os que, não encontrando oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho, nem mesmo um lugar enquanto assalariado sem carteira assinada, nem conseguindo se estabelecer em uma ocupação melhor estruturada enquanto um *trabalhador por conta própria*, se inventam como “flanelinhas” e ou lavadores de carros. Se estabelecem e passam a cobrar, aos motoristas que estacionam seus carros em áreas públicas, um preço pela vaga e segurança de seus veículos e ou um preço pela lavagem do carro. Desse modo demarcam um território, criam uma ocupação e um “serviço” ao público, constituem uma “clientela”, estabelecem regras (tácitas) de convivência e de prestação de serviço (portanto, um padrão de sociabilidade) e, assim, recusando a condição de exclusão social extremada a que são submetidos (“vagabundo” ou “marginal”), se inventam como *socialmente úteis*<sup>49</sup>. Não permitindo que outros “flanelinhas” e lavadores de carro atuem na sua área, garantem a percepção de uma renda. Os espaços assim conquistados são praticamente tudo o que “possuem”. O valor do “serviço” algumas vezes é estipulado por eles

---

49 Para Castel (1998, p. 120), “inútil para o mundo” é a condição reservada “à franja mais marginal” da sociedade. Trata-se daqueles que se encontram “totalmente desterritorializados”. Para esses é que, com a emergência da sociedade moderna, capitalista, foi designado o termo “vagabundo”, na Europa a partir do Século XVI: “os dois critérios constitutivos da categoria de vagabundo tornaram-se explícitos: a ausência de trabalho, isto é, a ociosidade associada à falta de recursos, e o fato de ser sem ‘fé nem lei’, isto é, sem pertencimento comunitário”. Um longo processo se estabeleceu com o desenvolvimento do capitalismo, o qual em um primeiro momento levou ao aprofundamento da “vulnerabilidade de massa” (até o Século XIX e início do Século XX) e, em seguida, à sua superação relativa (Século XX, especialmente até os anos 1970), quando sob um regime salarial moderno se construiu todo um sistema de proteção social. Até que, com a crise do *fordismo* e do *Welfare State*, se instala uma “nova vulnerabilidade de massa”, emergindo assim uma “nova questão social”: “o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A *precarização* do trabalho constitui-lhe uma outra característica, menos espetacular porém ainda mais importante, sem dúvida” (CASTEL, 1998, p. 514). A nova condição dos “inúteis sociais” Castel (1998) a atualiza sob a denominação de “supranumerários”.

próprios, outras vezes, por conta do proprietário do veículo. Ressentem-se da discriminação ordinária a que estão submetidos, mas defendem a atividade que realizam como sendo um tipo de *trabalho* que deve ser respeitado, *reconhecido socialmente*<sup>50</sup>. A afirmação e reprodução da condição de “flanelinha”/lavador de carros requer uma luta diária, sem trégua, pela sobrevivência e pelo reconhecimento, contra a *exclusão social*<sup>51</sup>.

Calcula-se que existam centenas de “flanelinhas” atualmente em Campina Grande. 210 é o número registrado pelo cadastramento da Associação de Lavadores de Carros de Campina Grande, mas o atual presidente considera já representar bem mais do que isso. Em termos nacionais tal atividade é regulada pela Lei 6.242, de 23 de setembro de 1975, que dispõe sobre o exercício da profissão de guardador de veículos automotores (“flanelinha”) e pelo Decreto 79.797, de 8 de junho de 1977, que regulamenta a lei citada acima. No que se refere à Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, “guardadores de veículos” e “lavadores de carros” são classificados diferentemente: enquanto o primeiro é identificado pelo código 5199-25, o segundo o é pelo código 5199-35. Entretanto, a partir da observação *in loco*, constatamos ser possível a concomitância de funções a um mesmo trabalhador, ainda que isso não se verifique em

---

50 Ainda conforme Castel (1998, p. 120), “ser ‘reconhecido’ é um velho termo emprestado do direito germânico e que, na sociedade feudal, significa a condição daquele que é ‘homem’ de um suserano a quem jurou fidelidade e obediência; este, em troca, o protege. Ao contrário, o vagabundo foge da inscrição em uma linhagem e dos vínculos de interdependência que constituem uma comunidade. Esse homem sem trabalho nem bens é também um homem que não tem um senhor, nem onde cair morto. ‘Morando em toda parte’, para retomar uma expressão freqüente nos processos contra a vagabundagem, é um ser de lugar nenhum”.

51 Em tempo, aqui cabe um comentário: para Castel (1998), a “nova questão social” não resulta de uma questão situada na margem da sociedade, ao contrário, diz respeito ao seu “coração”. Assim, compreende: “a questão da exclusão que há alguns anos ocupa o primeiro plano é um de seus efeitos, essencial sem nenhuma dúvida, mas que desloca para a margem da sociedade o que a atinge primeiro no coração” (CASTEL, 1998, p. 526). Por isso concordamos com autor quando afirma: “o problema atual não é apenas o da constituição de uma ‘periferia precária’, mas também o da ‘desestabilização dos estáveis’”. Nesses termos, quando usamos a expressão “exclusão social”, estamos considerando esse entendimento de Castel, ao mesmo tempo que com isso realçamos a situação especial de segmentos como os “flanelinhas”/lavadores de carros, quando tal condição é levada ao extremo.

todos os casos. Algumas das falas dos entrevistados marcam, inclusive, a impossibilidade de acúmulo de função em ponto em que já haja definição específica do que faz cada um, sendo invasão do espaço do outro o querer proceder fora do que já está posto. Isso pode servir como elemento de demarcação de território.

No dia 20 de agosto de 2006, o Jornal da Paraíba noticiou assim a criação da Associação dos Lavadores de Carro de Campina Grande:

Após a criação da Associação dos Lavadores de Carro de Campina Grande – com o apoio da Prefeitura Municipal – o número de clientes aumentou, assim como a renda obtida pelas 200 pessoas que trabalham neste setor. A confiança dos motoristas também cresceu e melhorou a imagem da categoria. A Associação foi criada há menos de dois meses. A Prefeitura Municipal de Campina Grande prestou apoio com a entrega de fardamento, crachás, *kit* com o material para a lavagem de carro, além da promoção de cursos profissionalizantes aos sócios da entidade (Jornal da Paraíba, Caderno Cidades, 20/08/2006).

Constatamos, no entanto, que o poder público local tem se mostrado praticamente alheio à problemática em questão. Na consulta à AMDE, nenhuma informação nos foi concedida. Lá apenas nos informaram que houve de fato a criação da referida Associação, com sinalizações de que o poder público municipal apoiaria a categoria. Para mais informações nos foi sugerido que procurássemos o atual presidente da Associação. Quanto à STTP, não foi diferente, nos informaram que não existia nenhum tipo de relação deste órgão com o trabalho executado pelos “flanelinhas”, sendo que a implementação dos estacionamentos regulados pelo poder público local, conhecidos como *Zona Azul*, em algumas ruas onde estes atuam, não traz nenhuma ação correspondente para esta categoria. Descobrimos, no entanto, nas entrevistas realizadas e em pesquisas na mídia, que pelo menos mais uma ação foi implementada pelo poder público nos últimos anos, a qual consistiu na entrega pela Prefeitura, no dia 25 de julho de 2007, de 200 *kits* com material de trabalho para os membros cadastrados na Associação de Lavadores de Carros de Campina Grande, incluindo uniforme com identificação, balde, flanelas, escova, sabão e cera para polimento<sup>52</sup>.

---

52 Veiculado em iParaíba Notícias, 25/07/2007, disponível no endereço <http://www.iparaiba.com.br/noticias,95191,5,veneziano+entrega+kits+a+lavadores+de+car->

O presente estudo optou por realizar entrevistas semi-estruturadas com 10 “flanelinhas”/lavadores de carros<sup>53</sup>. Além desse recurso, a pesquisa de campo consistiu em entrevistas com o presidente da Associação de Lavadores de Carros (o 11º “flanelinha”/lavador entrevistado), com gestores públicos da Agência Municipal de Desenvolvimento – AMDE e da Superintendência de Trânsito e Transportes Público – STTP e com usuários dos serviços (neste último caso, totalizando 7 pessoas<sup>54</sup>), além de procedimentos de observação direta e análise documental. Reportamos como relevante questionar os “flanelinhas”/lavadores sobre seu perfil sócio-demográfico, condições de trabalho, trajetória nessa atividade, rendas auferidas, formas de relações entre os próprios e destes frente aos poderes públicos e aos “clientes”.

Os “flanelinhas”/lavadores e usuários entrevistados foram abordados em estacionamentos localizados na região central da cidade. Recortamos quatro pontos: 1) imediações da Superintendência do INSS e do hotel ONIGRAT – localizado no início da Rua João Lourenço Porto (entrevistados 3 dos 6 “flanelinhas”/lavadores ali atuantes); 2) antigo estacionamento do Cine Capitólio – localizado nas imediações da Praça Clementino Procópio e a ela articulado (entrevistados 3 de 8 “flanelinhas”/lavadores); 3) imediações da Faculdade de Administração da UEPB – localizado no início da Av. Getúlio Vargas e nas proximidades dos Correios (entrevistados 3 de 16 “flanelinhas”/lavadores); 4) ponto da Feira Central – localizado no final da Rua João Lourenço Porto (entrevistados 2 de 3 “flanelinhas”/lavadores).

Entre os “flanelinhas”/lavadores que atuam nos pontos e ruas referenciados, encontramos indivíduos de 23 aos 58 anos de idade. A grande maioria com baixa ou nenhuma instrução escolar, havendo apenas um que concluiu o ensino médio. Quase todos os outros nem o ensino fundamental chegaram a concluir. Dentre os 11 entrevistados, 7 se disseram casados e com filhos. Entre os 4 solteiros, um se disse com filhos, 2 moram com as mães, as quais dependem deles para sobreviver, e apenas um vive sozinho. De acordo com as informações prestadas pelo atual presidente da Associação, atualmente as atividades de guardar e lavar carros só são realizadas por indivíduos do sexo masculino, mas já existiram mulheres atuando. Os entrevistados arrolados aqui são todos homens. Até onde apuramos, tal atividade é o que garante a sustentação de suas famílias.

---

ros+e+destaca+inclusao+social.html.

53 Aqui identificados como Entrevistados de *Fa*, *Fb*, *Fc*... a *Fl*.

54 Aqui identificados como Entrevistados de *Ua*, *Ub*, *Uc*... a *Ug*.

Quanto à renda auferida nesse tipo de ocupação, comporta-se de modo totalmente oscilante, dependendo das condições climáticas, do humor dos “clientes”, de como se estabelece a divisão dos territórios disputados etc. A renda depende sobretudo da frequência diária ao ponto. Dos 4 pontos pesquisados, aquele que tem propiciado uma maior rentabilidade corresponde ao da Faculdade de Administração da UEPB, no qual nas melhores semanas e para os “flanelinhas”/lavadores de melhor *performance* se pode chegar a uma renda de mais de R\$200,00. O de menor rentabilidade tem sido o do INSS/Hotel ONIGRAT, no qual o pico se situa no patamar semanal dos R\$100,00.

A determinação do valor do “serviço” de guarda dos veículos não se pauta por qualquer critério objetivo, depende mais do que o dono do veículo estipula, mas podendo oscilar a partir de uma barganha estabelecida a cada vez. Perguntado sobre tal situação, um dos entrevistados comentou: “não, a gente não cobra nada, não (...) A gente recebe o que eles dão (...) Não existe taxa, não (...) A gente nunca estimou, não” (*Entrevistado Ff*). Outro entrevistado assim se colocou: “É, quando *tá* fraco, a gente não ganha nada aqui, todos *ganha* com lavagem de carro, esse aí, esse aqui, tudo batalhador. Quando não dá lavagem de carro, realmente, a gente não ganha, não. Aí os *cara bota* os *carro* aqui, uns dão uma coisa, outros não dão, é assim” (*Entrevistado Fg*). Nas palavras do *Entrevistado Fl*: “A gente cobra a lavagem, a olhada, a gente chega em cima da pessoa, espera a atenção dela, um Real, cinqüenta centavos, que não é forçado, não é forçado. Agora, no exato momento que o cliente, a cliente, quiser lavar o carro, a gente cobra nosso serviço”. Outro, ainda: “aqui a gente só *somo* dependente do tanto que a pessoa quiser dar (...) A gente não cobra valor, não (...) Se a pessoa tiver bom coração, ele dá; se não tiver, ele pode dar nada, por que aqui é público, né?”. Mas, diante da recusa do pagamento, uma conversa tensa pode se estabelecer. Ou mesmo diante de um valor considerado muito baixo, o prestador do “serviço” pode retrucar: “só isso, doutor?” e, com um quê de negociação e de tensão, conseguir um pouco mais. O valor pode ser estipulado em centavos, ou em um ou 2 Reais, raras vezes ultrapassando esse patamar. Já no que se refere à lavagem de veículos, o preço é em geral previamente acertado e depende também do tipo de serviço a ser feito, “lavagem simples”, “lavagem completa”, “só por fora” etc. Fato é que o valor da lavagem é menos oscilante, ainda que o exercício da atividade também se mantenha sempre muito irregular, com variações por diversos motivos na quantidade de veículos lavados.

Nos depoimentos colhidos ficou evidenciado o quanto a informalidade tem marcado suas trajetórias de vida e ocupação. Dos 11 entrevistados, 5

já tiveram empregos com carteira assinada. Entretanto, sempre por pouco tempo e em empregos que demandam baixa qualificação profissional (servente de pedreiro, comércio e serviços, etc.). O trecho abaixo indica o quão frágil têm sido as tentativas de vínculo com o mercado de trabalho formal:

Já *trabaiei* no lava jato, que era, como eu tava dizendo, pra *mode* tentar *trabaiá* com carteira assinada (...) Tava no *mêis* de experiência (...) Passei três *mêis*, mas depois de três *mêis* teve uma discussão com o rapaz do lava jato e ele me botou pra fora. (*Entrevistado Fj*).

Outro entrevistado, após mais uma tentativa frustrada, desabafou: “depois, só lavando carro na rua” (*Entrevistado Fb*). No caso daqueles que já fizeram parte do mercado formal de trabalho, a questão de um retorno a essa condição se coloca como um ideal distante, quase inatingível. Alguns dos entrevistados realçaram casos em que aquele que hoje é “flanelinha” e/ou lavador de carro ingressou na atividade ainda na infância, tendo sido essa toda sua experiência de ocupação.

Observamos que os “flanelinhas”/lavadores que atuam no estacionamento do antigo Cine Capitólio têm essa percepção mais evidenciada, por motivo de lá ter existido alguma regulação pública do ponto, em uma já longínqua gestão municipal, a qual permitia que tivessem uma identificação outorgada pela Prefeitura. Mesmo aqueles que lá chegaram depois repetem a história, sob o desejo de que haja um retorno a esse tempo. Os mais antigos falam que conseguiam uma renda bem melhor, se comparada com a média atual. Um dos entrevistados comentou: “fizeram o cadastro de todas as pessoas daqui. (...) Faz muito tempo, eu acho que há uns trinta anos atrás (*Entrevistado Ff*). No ato da entrevista, houve quem propusesse que a entrevistadora intermediasse mensagem do grupo junto à Prefeitura: “Se a senhora puder falar com uma pessoa que venha ajeitar aqui, legalizar, chamar a gente. Por que aqui já foi legalizado umas duas *vez*. (...) Era bom que legalizasse” (*Entrevistado Fg*).

### ***Condições de atuação***

Conforme pudemos apreender das entrevistas e da observação direta, as condições de atuação dos “flanelinhas”/lavadores, nos diversos territórios cobertos pela pesquisa, se mostraram extremamente precárias. Esses atuam expostos às adversidades climáticas, em geral sem contar com meios minimamente apropriados ao desempenho de suas atividades e convivem com uma total ausência de proteção social e de garantia de direitos, colocando-se assim sob total vulnerabilidade social.

Ao indagá-los sobre a forma como agem diante das adversidades climáticas, a ênfase recaiu sobre a necessidade de sempre se fazer presente no ponto, em qualquer situação, sob pena de deixar de ganhar sua remuneração e de perder espaço no território. Nas palavras dos entrevistados:

Quando tá chovendo, tem de tá aqui de todo jeito, faça chuva ou faça sol, tem de tá aqui, não pode abandonar a área, né? Não pode abandonar, senão chega... Tem de aguentar mesmo... (*Entrevistado Fa*).

[Quando está chovendo] não, não lavo carro, não, fico ali só olhando os carros (...), diminui a renda, aí não ganha dinheiro (...) [Sob o sol] eu boto esse bonezinho aqui na cabeça (*Entrevistado Fb*).

Sobre a jornada de trabalho, a fala que segue ilustra o quanto, em geral, diante das imposições da garantia da renda, da manutenção do território ocupado, do compromisso com os “clientes”, acaba sendo esticada até o limite:

Praticamente, eu digo por mim, eu trabalho de domingo a domingo, feriado... Eu não tenho repouso, não tenho nenhum dia de descanso. Descanso é chegar em casa, tomar banho, jantar e dormir. A partir das 5 horas a gente já *estamos* aqui nas ruas. No meu caso, né, eu vou até à 9, 10 horas da noite, aqui de frente à Universidade (...) É, só tem como ir pra casa à noite, uma vez só, porque se for pra ir pra casa fazer a alimentação e voltar a despesa vai sair muito mais cara, muito mais pesada pra mim (*Entrevistado Fi*).

(...) Domingo a domingo, feriado... Sempre foi assim. E temos nossa freguesia fiel do domingo (...) que vem, que vem. Descanso, só à noite mesmo (*Entrevistado Fl*).

Nos pontos do centro da cidade, o normal, no entanto, é que a jornada preencha o dia inteiro e se estenda da segunda ao sábado. A inclusão do domingo ocorre em casos em que as atividades do entorno continuam nesse dia, como nas imediações de *shoppings*, entre outras. Ou em situações especiais, como em eventos (comemorações, *shows*, manifestações religiosas etc.). Em quaisquer casos, é preciso permanecer no ponto até o último carro.

As precárias condições de atuação dos “flanelinhas”/lavadores se revelam extremas também quando referidas ao que ocorre nos casos de doenças. Os custos dos medicamentos frente ao ganho médio, a necessidade de se fazer

presente cotidianamente no ponto e as estreitas margens de possibilidade de solidariedade nesse tipo de atividade foram sinalizações do quão difícil é para, os mesmos, a compatibilização entre doença e trabalho.

(...) O que ganhou tem que gastar com remédio. Quando adocece, gasta o que ganhou. Não tem substituto. Não vai ninguém, não. Fica sem ganhar. Aí, não tem condições, não (...) Ninguém deixa nada na casa da pessoa, ninguém deixa lá (*Entrevistado Fa*).

[Quando doente] passei 90, 60 dias sem trabalhar... [e nesse período] juntei um dinheirinho, pronto. (*Entrevistado Fb*).

Mesmo eu *tando* doente eu venho trabalhar. Trabalho, trabalho... Fico sentado num canto, esperando o freguês, aviso que não *tô* podendo andar, não *tô pudeno* correr atrás, sabe que eu não *tô* mentindo, aí ele chega e entrega o dinheiro. Fico sentado aqui... tem gente lá de baixo, vem aqui e me dá o dinheiro... (*Entrevistado Fc*).

### ***Tensões cotidianas***

Os mesmos revelaram que tanta insegurança os tornam expostos a tensões cotidianas, seja na relação com órgãos públicos (com destaque para a STTP), seja frente aos “clientes” ou, ainda, no âmbito das relações entre eles próprios (ao lado de formas de solidariedade e apoio mútuo, tais relações são também marcadas por disputas, que muitas vezes resvalam para ameaças recíprocas).

O depoimento do *Entrevistado Fl* ajuda a ilustrar as relações tensas com a STTP:

O problema que eu tenho agora é o Zona Azul, porque faz 27 anos, como já falei, que eu trabalho aqui e já conheci vários pais, avós, que trabalhavam com a gente, e já morreram. Que isso aqui é um patrimônio histórico de Campina Grande, essa lavagem de carro da [Avenida] Getúlio Vargas [onde se localiza a Faculdade de Administração da UEPB]. É a única praça aqui que nós temos água própria, dada, graças a Deus, pela Reitora. O problema é que querem acabar com isso aqui (...) Ou seja, vamos pra onde? Vamos roubar? (...) Se tiver que botar Zona Azul, bom que bote, mas que bote nós pra trabalhar, que bote nós pra operar.



O *Entrevistado Ff* assim se colocou: “já quiseram botar aqui, já [Zona Azul], quiseram botar. *Lutemo* pra não botar, não foi? Se botar acaba com *nóis*”. O referido problema veio à tona na forma de um longo desabafo, no depoimento do *Entrevistado Fl*, no qual tal tensionamento se revela não apenas frente à Superintendência, mas também em relação aos seus agentes de campo, os guardas de trânsito:

Olha rapaz, é o seguinte, a STTP parece que ela tem uma grande marcação com a gente. Porque já aconteceu de vários carros *ser multado* aqui, a gente com marcha à ré pra estacionar o carro e eles falam que é mão dupla. Quando eles chegam, eles não buzina, não *faz* nada, *pegou* o celularzinho dele, *tirou* a fotozinha, pronto, chegou. Então, essa é a dificuldade que a gente tem, é com a STTP. *Que se é pra multar um carro, que fale com o proprietário quando ele tá dentro do carro, dizendo: “você tá errado, vou multar você por isso e por isso...”* Eles multam a pessoa, nós que *tamos* dentro do carro, nós *tamos* dirigindo, e nós temos carteira de motorista e por isso que a gente pega nos *carro* aqui, eles *ri* da gente: “ó, eu multei o carro, cá, cá, cá...” (...) Esse é, como você fala, o problema, e realmente é um grande problema porque ele não *tá* simplesmente multando nós *lavador* de carro, *tá* multando dono de carro, que vai ficar chato pro dono do carro vir aqui novamente, já perdemos alguns *freguês*, né (...) Bom, se é pra multar, a pessoa *tá* na fila dupla, tudo bem, *tá* errado, cara, você é pago pra você botar em ordem, não desordem. Chegue, desça do carro pelo menos: “ó, você tá errado, pô”. Você chegar, dentro do carro, todo bonitinho, fardadinho, sem descer, cara, pegar a máquina de tirar foto, sem você nem buzinar, cara. Sem fazer o au, au, *qué* isso?! Ou seja, a meu ver, é roubo. Tu *tá* roubando o dinheiro daquela pessoa e *tá* discriminando o lavador de carro, flanelinha, *qué* isso!? (...) “Salomão, esses seus guardas aí, tão sujando você, rapaz! Ou você não tá sabendo explicar a ele como é que funciona o trânsito? Eduque eles, que nós somos lavador de carro, mas somos educados”. Temos ciência que carro na fila dupla tá errado, mas tava esperando um carro sair pra outro colocar. Ou Salomão é conivente e trabalha errado, ou ele não sabe de nada. Vocês que tão

me escutando aí, passe aqui na [Avenida] Getúlio Vargas, passa na Getúlio Vargas, aqui, e veja como é que eles trabalham aqui. Aliás, não sabem trabalhar [no fundo alguém fala: “já multaram meu carro três vezes”]. Ó, o cliente falando aí, isso é verdade.

Na entrevista realizada com o presidente da Associação foi possível observarmos ser o confronto com a STTP um dos aspectos de grande preocupação dos “flanelinhas”/lavadores, e que esse se apresenta enquanto um campo de disputa em torno do controle dos locais de estacionamento do centro da cidade. O mesmo chegou a se referir à possibilidade de uma ação organizada contra a instalação do Zona Azul em certas ruas da cidade:

Mas, é que nem eu digo, se todos nos unir nós vamos vencer essa batalha. Porque eu tô lutando. Hoje mesmo dei entrevista em uma emissora de rádio e falei, desafiei o superintendente da STTP, e falei pra ele se acaso ele inventasse em qualquer rua da nossa cidade, nosso centro, ele instalasse mais alguma Zona Azul, nós vamos interditar a [Avenida] Floriano Peixoto.

O mesmo, na ocasião, também se referiu a um princípio de negociação recente com a Prefeitura, mas que não tem se efetivado:

É que nem eu digo, [na atual gestão] foi prometido até uma parceria, entre os flanelinhas e a STTP. É uma coisa que não está acontecendo. O superintendente que está agora no comando, ele acha que ele é o dono da verdade e que ele é o dono da cidade (...) Do mesmo jeito que ele depende do cargo dele pra sobreviver, todos nós dependemos do nosso pra sobreviver. Então, tem que sentar pra nós conversarmos, pra gente ver, dialogar e ver que são muitos pais de família que *depende* desse setor pra sobreviverem. Tem pai de família aqui com até 40 [anos de atuação] e até seus filhos já estão nas praças envolvidos, né. Aí, ele não pode chegar assim e dizer que vai tomar de conta do espaço, que vai tomar, que é ele *que* manda, que pode fazer e desfazer. Eu acho muito errado a ... essa situação dele, que ele *tá* levando pra frente. Querendo ser o dono da cidade, que vai tomar de conta da cidade. Como se ele mandasse na cidade (...) Aí, eu tenho que sentar com todos e ver o que eles acham melhor (...)

Estou à disposição pra sentar com o prefeito, secretário e qualquer um, pra gente sentar e debater sobre isso. E, no caso, se meus colegas, meus sócios, meus irmãos de trabalho acharem melhor assim, nós vamos fazer assim. O que eu acho errado é ele dizer que vai fazer e *tá* todos aí, muitos com 20, 30 com 40, 40 anos de rua, de lavar carro, ele chegar dizer que vai tirar e sem nos dizer onde nós vamos ficar e onde vão nos colocar, né. Hoje em dia o que eu posso lhe informar é que nós não trabalhamos com nenhum tipo de apoio governamental. (...) É todos, todos os flanelinhas unidos. É a união, é de nós todos. Como diz aquele ditado: “a união faz a força”.

A queixa do presidente da Associação se estende até o prefeito e às suas promessas. Aquele, depois que assumiu a presidência da instituição, em 2010, tem orientado os “flanelinhas”/lavadores a não usarem o uniforme distribuído pela prefeitura, por não concordar com o tratamento que vem sendo dispensado à Associação e seus representados e por não admitir que o pouco que receberam como apoio os caracterize como funcionários públicos:

[O atual prefeito] nos prometeu... A contribuição ia ser... era nos oferecer um curso de capacitação e uma ajuda de custo pra que todos os flanelinhas de nossa cidade saibam manobrar os veículos, tirar sua habilitação, que foi mais uma coisa que não foi cumprida na gestão do atual prefeito (...) O que nós recebemos foi um *kit* de balde, cera, flanela, escova, sabão e o fardamento. Inclusive eu até achei muito errado porque nós não somos funcionários da prefeitura pra trabalhar de fardamento, com emblema da prefeitura. É tanto que eu pedi, alguns lavadores ainda usa, eu pedi aos restantes que não usassem e eles me atenderam.

Um outro entrevistado corrobora tal percepção:

[Quanto à atual gestão] nada! Fui três vezes lá e... Ele aqui foi até lá [aponta um colega]. Até agora não chamaram a gente (...) Fomos lá, três vezes, e nada desse secretario... Chegava, atendia o telefone, tudo... Foi, e nada... Vai fazer mais de mês, né, uns dois meses, quase dois meses... pra acertar a questão do estacionamento... Legalizar, né.

Uma outra área de permanente tensionamento no cotidiano dos “flanelinhas”/lavadores se encontra na relação com os “clientes”. Nos depoimentos, foram vários os momentos em que a dimensão desse conflito foi amenizada: “é besteira!”, “deixa pra lá!”, “se um não dá, outro dá”. Mas o tensionamento é evidente, como ilustram os depoimentos abaixo:

O problema às vezes é dono de carro abusado com a gente... É, tem esse problema, deixa pra lá, né (*Entrevistado Fa*).

Tem uns que são meio abusados, mas a gente leva na brincadeira (*Entrevistado Fb*).

Quando nega, eu digo: “vá *simbora*, vá com Deus”. Não insisto, não, “vá *simbora*, vá com Deus” (...). Doutra vez que vem, paga o dobro, não tem nenhum problema com isso (*Entrevistado Fc*).

Em várias situações, o conflito resvala mesmo para a agressão ou ameaças:

Tem um bocado que passa o dia todinho e não dá nada (...) A gente quer uma pessoa que ajude a gente (...) É maior ignorância... Já puxaram até revolver aqui pra gente, pedaço de pau... Quem não quer pagar, a gente diz: “rapaz, a gente *veve* daqui, sustenta a família daqui”. Se a gente for roubar, vai preso, vai pro presídio, vai sofrer mais ainda na cadeia (*Entrevistado Fh*).

Tem gente que não paga. A gente cobra, quer enganar a gente, vem com bocão, com brabeza (...) [Já houve] problema de puxar revolver pra alguma coisa, desfazer da gente, humilhar (*Entrevistado Fg*).

Quanto aos usuários, também há muitas queixas. Dentre os entrevistados, as abordagens mais negativas recaíram sobre o trabalho dos “flanelinhas”, quando comparado ao trabalho dos lavadores de carros. Questiona-se desde os resultados propriamente do serviço, por exemplo, sobre a capacidade daqueles impedirem o roubo de um aparelho de som ou outras investidas por parte de assaltantes ou até mesmo ações de vândalos. Mas também se questiona se se pode classificar tal atividade como *trabalho* e os “flanelinhas” como *trabalhadores*. A isso ainda se liga o fato de se sentirem, os usuários entrevistados, obrigados a práticas tidas como de extorsão, por parte dos “flanelinhas”. A lavagem de veículo tem melhor recepção, ainda que esta seja oferecida a quem

nem sempre se encontra em busca do serviço e, para evitarem contrariedades, se submetem à oferta. Dois dos usuários entrevistados apontaram modos contrastantes de lidar com a questão. O *Entrevistado Uc* disse que se deveria tratar do assunto como caso de polícia: “a gente já paga imposto, quem tem carro já paga emplacamento, IPVA, então isso tudo é embutido em quem está utilizando as vias”. Este cita um texto de revista que leu sobre uma cidade de São Paulo em que a prática desse tipo de trabalho passou a ser coibida, tornando-se questão de polícia. Já o *Entrevistado Ud* reconhece ser essa uma situação complicada, por ter consciência de que os “flanelinhas” não chegaram a tal condição por vontade própria, mas por falta de oportunidades. Alega que caberia ao poder público aproveitar esses trabalhadores na atividade de zoneamento Azul das ruas, o que poderia ser um benefício para os “flanelinhas” e para o usuários dos estacionamentos públicos:

A gente sabe que não é culpa deles, porque eles têm que sobreviver de alguma forma, então eles *tão* batalhando. Pelo menos, assim, não *tão* roubando diretamente. Mas se tivesse uma política pública da prefeitura ou governamental, ou nacional, é mais difícil talvez, mas que regularizasse como uma profissão e que eles fossem lavar carros... Aqueles também, os flanelinhas que lavam pára-brisas no sinal, poderiam ser regularizados de uma certa forma com um projeto social adequado.

Por último, não se pode falar em tensionamentos no fazer cotidiano dos “flanelinhas”/lavadores sem que nos refiramos aos conflitos presentes entre eles próprios, envolvendo disputas por território, por “clientes”, pelos meios necessários (sempre escassos) à prestação dos “serviços” (água, balde, flanela, sabão etc.). Uma das maneiras dessas tensões serem demarcadas se refere aos conflitos entre os antigos, os já estabelecidos no território, e os novos, os que buscam no mesmo território um novo espaço de atuação.

(...) Briga, polícia, tudo, porque a gente tá aqui há muitos anos. Os *cara tão tudo* velho aqui dentro. Isso aqui é velho, tem uns 30 anos aqui dentro. Esse aqui entrou nos braços do pai [aponta para um colega] e o meu filho ali também... *Tudinho* é velho, meu amigo, *tudinho* (*Entrevistado Fg*).

Tem discussão da gente aqui que tem uns que diz *mermo*: “eu sou mais *vêi* que você aqui, isso e aquilo...”. Mas

*mermo* assim a gente leva normal, na brincadeira, já pra não... porque eles não são *dono* da rua, a gente também não *somo dono* da rua, né? (...) Cada um por si, aí ele não tem direito de expulsar *eu*, já que ele é mais *vêi* que eu, né. Ele pode reclamar assim, se ele vê eu fazendo alguma coisa errada, se ele vê eu roubando alguma coisa, aí ele pode chegar pra mim e dizer: “você *tá* fazendo errado, você vai sujar é a praça, *tá* entendendo? Só que faz tempo, foi no começo, eu *mermo* fui bancar terror. Pronto, como eu tava lhe dizendo, se chegar um novato e querer bancar onda de herói, sempre só sobra pro novato, né. Aí pronto, fui bancar onda de terror, aí deu no que deu. Só foi uma vez *mermo*, a gente já fala e tudo, brinca... (Entrevistado Fj).

É bem verdade, como atesta o depoimento que segue, que esse processo de renovação também pode ocorrer sem maiores conflitos:

Eu tinha problema na minha perna... problema na minha perna, aí eu não podia trabalhar de jeito nenhum. Vim pra cá, fiquei por aqui, aí tinha um menino, morava no [bairro do] Pedregal, ficava até às 11 horas, 11 horas ia embora... E eu ficava o resto do dia (Entrevistado Fe).

Outra maneira das tensões internas às relações dos “flanelinhas”/lavadores diz respeito à distinção entre parentes e não parentes. É muito comum se notar pessoas da mesma família dividindo o controle sobre um ponto ou atuando em substituição a alguém que se encontra doente. É quando se nota, de modo mais explícito, o quanto tensão, de um lado, e solidariedade, do outro, são faces de uma mesma realidade

### ***Redes e formas de solidariedade e de apoio***

A subsistência do “flanelinha”/lavador requer que seja reafirmada cotidianamente, sempre sob condições muito adversas. Esse vive sob o primado de uma luta diária pela sobrevivência, enfrentando tensões de toda ordem, lutando por um mínimo de reconhecimento social e público (da sua ocupação como *trabalho*, deste com um valor monetário, da sua condição social com algum valor social e político). Desse modo, a apreensão das condições e possibilidades que socialmente se colocam ao cotidiano desse segmento social se, de um lado, requer que sejam bem evidenciadas as adversidades que os desafiam

à existência permanentemente, por outro, não pode ignorar o decisivo papel das diversas formas de apoio e solidariedade, mais informais do que formais, que são mobilizadas por eles próprios e por outrem. Ao mesmo tempo essas se estabelecem em um patamar tal que não conseguem alterar suas características condições de reprodução social. Conflitos, disputas e formas de solidariedade são elementos constitutivos dessa realidade.

Por exemplo, o *Entrevistado Fb* informa que o acesso a água, a banheiro e outras formas de apoio são garantidos por um estabelecimento das imediações, no caso um hotel: “tudo aqui é no hotel”. Em outra situação, os “flanelinhas” e lavadores conseguiram a instalação de uma torneira para seu uso:

Pra gente pegar água e não ficar entrando lá pra dentro [nas dependências da Faculdade de Administração da UEPB], que a gente pegava aqui dentro da faculdade, e não ficar *moiano* o chão... Ele pegou, teve a ordem da prefeitura e a gente pegou, fez a instalação da água aqui *mermo* da faculdade, falou com o responsável e... (*Entrevistado Fj*).

É a única praça aqui em Campina Grande que nós *temo* água própria, dada, graças a Deus, pela reitora, e luz (*Entrevistado Fl*)

(...) Água, graças a Deus, agradeço muito à reitora da Universidade... Que tive a oportunidade de conversar com ela e ela nos forneceu uma torneira, um bico de água e é com que nós conseguimos... E várias e várias vezes já tentaram até tirar, mas não conseguiram, porque quem paga a água é a Universidade, a água é da Universidade. Eles não conseguiram retirar a nossa água (*Entrevistado Fi*).

Sobre o uso de banheiro e acesso a água pra beber, o *Entrevistado Fi* acrescenta:

[O uso de banheiro e acesso a água de beber] é na Universidade também. Graças a Deus, com o conhecimento que nós temos aqui, com todos os professores e funcionários, nós ainda temos essa mão aberta pela reitora e pelo presidente da ADUEPB<sup>55</sup>.

---

55 Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba.

Apesar de atuarem na informalidade, os “flanelinhas”/lavadores não deixam de contar com o suporte de alguns dos que se encontram no lado formal da economia. É o que se observa, nos pontos por nós estudados, com a autorização para “pegarem água” (indispensável na lavagem dos carros), para fazerem uso de banheiros, se protegerem da chuva e do sol, beberem e se alimentarem, entre outras formas de ajuda de servidores do INSS, professores, funcionários e gestores da Faculdade, funcionários e gestores do Hotel, e outros profissionais atuantes em instituições públicas e privadas situadas nas imediações. Por outro lado, é esse público que frequenta e trabalha nos estabelecimentos do entorno que se constitui em “clientes” dos “serviços” por eles ofertados. Alguns comentários ilustrativos dessa relação:

Lavo os *carro* dos médicos do INSS, dos médicos, funcionários... Lavei o carro da doutora agorinha, aquele que saiu daqui era o carro duma doutora, eu lavei... Eu lavo do pessoal que trabalha aí no comércio e *shopping* dos camelôs... e no Hotel. Eu lavo do pessoal que vai se hospedar, dos hóspedes (*Entrevistado Fb2*).

A gente lava carro aqui de juiz, promotor, advogado, advogado é pela a gente (...) A gente lava os *carro* da delegacia, os delegados gostam da gente, quer bem a gente (*Entrevistado Fh*).

Já o *Entrevistado Fc*, que atua no ponto do INSS e já trabalhou no hotel ONIGRAT, se apoia em um vínculo de confiança com o gestor do hotel como garantia de sua permanência no ponto, fator que destaca em seu comentário sobre o assunto: “só quem lava carro na garagem do hotel é eu, aí. Na garagem do hotel é eu que lavo (...) O gerente do Hotel, é só eu aí. Minha irmã trabalha aí, nesse hotel. Minha irmã trabalha aí faz três anos”. Outro entrevistado, perguntado como faz quando precisa ir ao banheiro, respondeu: “aqui, ó, nessa loja, ali” (*Entrevistado Fe*). Já o *Entrevistado Fd*, sobre o acesso a água, afirmou: “eu consigo água com as *pessoa* que eu conheço, né?”. E sobre o uso do banheiro: “eu vou lá pra feira, no mercado”.

As imbricações entre o informal e o formal, os “flanelinhas”/lavadores e seus “clientes”, ganham outras formas, com os primeiros se prestando a “fazer mandados” para os donos de estabelecimentos, a ajudar em mudanças, a vigiar as suas dependências, a afastarem usuários de drogas e ladrões das imediações dos estabelecimentos, entre outros pequenos serviços.



No que se refere à configuração de redes de solidariedade entre os próprios “flanelinhas”/lavadores, são decisivas relações de parentesco e ou de amizade. Um exemplo veio com o depoimento do *Entrevistado Fc*: “quem trabalhava aqui era meu sobrinho. Aí ele saiu, adoeceu, o INSS aposentou ele, ele não pôde trabalhar, aí eu que fiquei no lugar dele. Mais até hoje nunca tive problema não... Não é meu sobrinho, mais ele me considera como tio e eu como sobrinho”.

Quanto aos que atuam no ponto da Faculdade de Administração, por exemplo, o *Entrevistado Fl* fez recorrentes referências ao fato de que, nesse caso, dos 15 ou 16 que lá atuam, 14 são vinculados por laços de parentesco, em primeiro ou segundo graus, ou por relação de casamento, havendo lá filho seu, irmão, cunhado, concunhado etc. Para além das relações de parentesco, algum grau de solidariedade, em meio aos conflitos e disputas intestinas, é indispensável, especialmente em situações de maior risco externo. Em razão disso, esses se mantêm o tempo todo muito atentos a movimentações de estranhos. Esse foi um elemento que, aliás, tornou mais difícil a nossa aproximação junto aos mesmos. Inicialmente questionavam os motivos da nossa presença e se mostravam resistentes e com poucas palavras. A grande preocupação era saber se éramos da prefeitura. Observamos também que nunca ficavam sozinhos. Quando alguém se aproximava de um deles, os companheiros que estavam por perto se acercavam no intuito de saber o que estava acontecendo. Mas, à medida que íamos estabelecendo uma relação amigável, e que eles iam passando a nos ver como uma possibilidade positiva de relacionamento e de articulação, sentiam-se lisonjeados por alguém se importar com eles, com o problema deles, e chegavam até a pedir que nós representássemos suas demandas junto aos órgãos públicos da cidade.

Outro elemento que entra em linha de conta na constituição de formas de solidariedade se refere à antiguidade. Certo é que qualquer um que chegue com o intuito de inserção no ponto vai depender “dos antigos”. O *Entrevistado Fd*, por exemplo, ao ser perguntado sobre como proceder com os que chegam em busca de um espaço no território já ocupado, respondeu: “a gente não sabe nem como é que faz [ meio desconcertado], a gente pede assim, diz que já faz muito tempo, pra não criar problema, né? (...) Cada *cá* no seu *cantim*, né?”. Conforme comentamos em seção anterior, são comuns os conflitos criados em situações como essas, quando alguém tenta se estabelecer nos locais já ocupados sem nenhuma ligação amigável com os seus atuais ocupantes. Nesses casos, a administração dos conflitos é um dado decisivo, conforme sugere o depoimento a seguir do *Entrevistado Fl*, sobre como vêm

procedendo os antigos no ponto onde atua, quando se passou de formas mais abertas a formas melhor administradas de conflitos com os novos:

(...) Não, esse tempo aí já acabou, mais chegava, chegou de vez em quando, depois de três *mêis* chegava um de vez em quando, *tapiano*, se *escalano*, aí eu combinava com Doda e dizia assim: “e aí, Doda, quem é esse *caba*, aí?”, [Doda] que é mais *vêi* do que eu. Aí ele: “não é conhecido meu”. E eu: “já sabe, né *vêi*, qualquer coisa que acontecer aqui a responsabilidade é sua, você que trouxe ele. Aqui a gente toma a responsabilidade da gente se a gente *trazer* alguém de fora, *tá* entendendo?” (...) Cada um toma sua responsabilidade, porque senão se esse *caba* que a gente *trazer* roubar, ou *fazer* alguma coisa que não presta, aí a culpa é de quem trouxe. Não vai ser culpa de todos, aí ele vai ter que se resolver com os *dono* dos *carro*.

### ***Sentidos do trabalho e perspectivas futuras***

A atividade de guardar e lavar carros, em estacionamentos públicos, que propicia ocupação e renda e determina socialmente a condição de “flanelinha”/lavador de carros, está sendo tratada aqui como uma *invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social*. Não quer isso dizer que tal situação implica na criação a cada vez e em cada momento de formas e técnicas caracterizadoras desse trabalho. Algum grau de invenção de formas e técnicas é algo inerente a essa ocupação, assim como a toda modalidade de trabalho, conforme nos informa o pensamento marxiano. O que se quer dizer com a referida expressão, em contraste, é que, sob as condições postas à reprodução social de tais segmentos, sobressai o fato de que não é a dinâmica sócio-econômica dominante (capitalista) que institui esse tipo de ocupação/trabalho. É, sobretudo, a luta (extremamente adversa) pela sobrevivência e por formas de inclusão social, econômica e (no nosso caso, com pouca, embora presente, sinalização) política, da parte dos próprios excluídos, que entretanto o tem engendrado. Para isso, é preciso que a cada vez esse espaço seja reafirmado, reconquistado, reconhecido. Nas palavras do presidente da Associação:

A importância que nós temos, né, é mostrar à sociedade, já que o índice de desemprego é muito grande, né, a gente mostrar à sociedade que nós ..o nosso lado, de nossa sobrevivência, de sustentar nossas famílias... e desse modo que todos *vê*, de professor, aluno, empresário de loja...todos *verem* que a nossa situação é essa.

Mas, para eles próprios, trata-se de uma situação ambígua. Se, de um lado, se referem a essa como uma atividade não plenamente digna de ser chamada de *trabalho*:

É um ganha pão, trabalho mesmo, *né não*, ganha pão. Trabalho é aquele que ganha... com carteira assinada... recebe salário. É um ganha pão, né, Léo?, pra arrumar um trocado. Ganha pão, né, senhora? Tem dia que arruma, tem dia que num arruma (*Entrevistado Fa*).

Por outro lado, é não só o que lhes traz o sustento, é também algo que permanece, que se reproduz e que, assim, perfaz suas trajetórias de vida e identidades:

Pra mim isso é um grande *trabaio*. Já vale ouro, pra mim, vale ouro, porque se a pessoa não tá aqui, tá no *mei* da rua e se for esperar pelos outros, os outro não *vai dá fáci* à pessoa. Se a pessoa for pedir é chamada de vagabundo. Se a pessoa tá *trabaiano*, ganhando pouco, já é muito melhor. Aí, como se diz, aqui pra mim é uma benção, por que ao *meno* eu *tô* fora da rua, *tô* fora de *tá* na rua *pensano* em roubar, fazer mal aos outros. Aqui *tá* pouco, mas é muito, por isso eu digo: o pouco pra mim é muito (*Entrevistado Fh*).

Se, a exemplo do primeiro depoimento acima, o parâmetro adotado for o trabalho formal, “com carteira assinada”, o realce recai sobre o caráter improvisado e precário dessa atividade: “não é trabalho”, “é ganha pão”. Entretanto, se, conforme o segundo depoimento, o parâmetro passar a ser a situação daqueles que não apenas se encontram sob o primado da exclusão social, mas, mais do que isso, se vêem enredados nas teias da criminalidade ou se encontram sem qualquer ocupação passível de ser socialmente reconhecida como “útil”, como a de pedinte, “vagabundo”, o realce recairá sobre o seu sentido como “um trabalho”, “um grande *trabaio*”, “o pouco que é muito”. A *invenção cotidiana do trabalho no limiar da exclusão social* é não só uma luta permanente pelo reconhecimento social dessa atividade como *trabalho* (que, como vimos, articula dinâmicas, ao mesmo tempo, de conflito e de solidariedade), mas também um exercício permanente de autoconvencimento (que, também como vimos, articula momentos, ao mesmo tempo, de afirmação e de negação da condição social identificada como “flanelinha”/lavador de carro). Trata-se

da busca do reconhecimento público e do autoconvencimento de que o que se faz é *trabalho*, de que embora “pouco” isso representa “muito”, de que essa “opção” é melhor do que o “crime” ou a “vagabundagem”.

Assim, perguntados o que esperam do futuro, em geral, prevaleceu a opinião de que o desejo seria o de se alcançar um lugar como trabalhador formal, com carteira assinada, mas, por outro, lado não há a expectativa de que isso venha a ocorrer. O presidente da Associação, por exemplo, sintetizou sua opinião como segue:

[Diante da hipótese de surgimento de oportunidades de emprego formal] na verdade nós sairíamos [dessa atividade], porque na verdade nós queremos, não só eu, mas todos eles... Se você for fazer a pergunta a todos eles, vão responder que sim, porque nós teríamos nosso direito de pagar nosso INSS, que nós aqui na rua não conseguimos.

Submetido à mesma questão, o *Entrevistado Fa* concorda com a resposta acima e acrescenta: “Carteira assinada tem futuro, a pessoa tem um futuro”. Já o *Entrevistado Fj*, embora concordando, ponderou: “sim, mas primeiro eu queria conhecer o dono. Eu *mermo* tinha que dar meu prazo pra conhecer ele”, ao mesmo tempo desenvolve um raciocínio confuso, que estabelece um lugar ambíguo, incerto, para si:

Gostaria, com certeza! [de trabalhar com carteira assinada] Porque, assim, a gente não vai morrer nisso, a gente um dia vai querer se aposentar. Eu *mermo*, eu nunca *trabaiéi*, não, de carteira assinada, e eu acho que por mim eu nunca ia querer *trabaiá*, tá entendendo? Porque esse negócio de carteira assinada é um negócio de responsabilidade. Você não sabe se vai ficar *véi*, se vai ficar com a idade que *tá*, é por isso que eu não ligo, seja o que Deus quiser, eu ganhando o meu, tá bom.

Outro apresenta a idade avançada como argumento para a impossibilidade de se converter em trabalhador formalizado:

Pela idade, a gente não tem como arrumar outro [emprego] pra assinar carteira mais. A gente tem que ficar nesse mesmo (...) Não, eu não quero *trabaiá* mais pra ninguém, não, é chato. Eu não tenho condição mais, não, a pessoa passou dos 55 anos pra frente eles não querem mais pra *trabaiá*... Eu tenho 58 agora. *Tõ*

dentro de 59. [Sobre a possibilidade de emprego formal] rapaz, não tem condições mais... Eu acho que não... O jeito é *trabaiá* clandestino, fazendo *biscaite*, essas coisas (*Entrevistado Fe*).

Há no rol dos entrevistados quem diga já ter perdido a oportunidade, como se estivesse no fim da vida produtiva, mesmo não sendo de faixa etária avançada. O informante de que recolhemos a fala que segue tem 34 anos e a desilusão marca a expectativa de vir a ter uma oportunidade no mercado formal de trabalho:

Apareceu [oportunidade de emprego] há muito, mas eu perdi. Eu perdi *mode* meu pai. A dona daquela loja ali queria me levar pra Recife, hoje eu tava bem lá. [Não fui] porque meu pai não deixou, aí *mataro* ele na [Comunidade] Ramadinha, aí eu fiquei aqui. Perdi os meus tempos de vida aqui (*Entrevistado Fh*).

Fato posto é que muitos já estão nas ruas há muito tempo, e se não estão desiludidos, adquiriram resistência. Essa última pode ser encarada como uma resposta que os protege da vergonha sentida pela forma como são encarados pela sociedade e que fñdam por assimilar como sendo suas identificações. Um certo conformismo serve também como consolo: “pelo menos todo dia o *cabra* tem um trocadinho, fazer o que, né? O que Deus dá, *tá bom*” (*Entrevistado Fg*). E quanto ao *Entrevistado Fb*: “o futuro é eu me aposentar e tchau!”<sup>56</sup>. O mesmo, perguntado se pretende deixar as ruas e a atividade de “flanelinha”/lavador de carro, quando se “aposentar”, respondeu: “talvez”. Veio então a pergunta seguinte: “então o senhor gosta dessa atividade?”; resposta: “gosto”; pergunta: “o senhor acha que isso que faz aqui é trabalho?”; resposta: “é trabalho! lavo o carro e dou polimento (*Entrevistado Fb*)”.

## Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a temática da informalidade na atualidade. Tal fenômeno, embora tenha emergido em correspondência ao processo tardio e dependente de industrialização que se estabeleceu em países como Brasil e na América Latina, tem ganhado novas conformações

---

56 Na verdade se trata de um benefício denominado “amparo ao idoso”, visto que esse jamais contribuiu a Previdência Social

na atualidade, seja com a dinâmica mundial da *flexibilização/precarização* do trabalho, quando a informalidade adquire um lugar cada vez mais central no novo regime de acumulação capitalista; seja com as drásticas conseqüências trazidas com a onda neoliberal que varreu a América Latina e o Brasil especialmente nos anos 1990, momento em que os processos de informalização do trabalho se intensificaram; seja, ainda, com a persistência da presença da informalidade na dinâmica das relações de trabalho no país, mesmo quando, como agora, se estabelecem indicadores bem mais favoráveis de crescimento econômico, emprego e renda.

Escolhemos, para tanto, um segmento social situado no limite da exclusão social, condição de “inúteis para o mundo”: os “flanelinhas” e lavadores de veículos estacionados em vias e praças públicas. Questionamos sobre a necessidade, a esses imposta pelas condições sociais que lhes são dadas, de empreenderem uma luta cotidiana para *inventarem* uma ocupação, uma atividade remunerada, e com isso se afirmarem como socialmente *úteis* economicamente e *reconhecidos* socialmente.

Vimos o quanto se trata de uma luta marcada por adversidades extremas, contradições, ambigüidades sociais. Os meios disponíveis para o exercício do trabalho são precários e incertos. As tensões são cotidianamente recorrentes e se estabelecem em várias frentes (seja na relação com o poder público, com os “clientes” e entre eles próprios). Mas, ao mesmo tempo e em contraditórias e ambíguas relações com tais tensões, se mostram indispensáveis diversas formas de solidariedade e de apoio. Também aqui envolvendo agentes públicos, “clientes” e os próprios “flanelinhas”/lavadores. Ser capaz de ocupar um território, de estabelecer articulações internas (entre os pares, por meio de vínculos de parentesco, de amizade, pactos) e externas (com gestores e funcionários de instituições sediadas no entorno, com representantes de órgãos públicos, com “clientes” e outros), de desenvolver atividades diversas e que possam ser tidas como “úteis” a possíveis “clientes” (como guardar e lavar carros, fazer pequenos favores, incorporar alguma função de proteção dos estabelecimentos do entorno etc.), de se articularem como Associação e de buscar formas de inserção de suas demandas na agenda pública, entre outras, são algumas dos principais requisitos e estratégias para a conquista, pelos “flanelinhas”/lavadores de carros, ao mesmo tempo, de garantia de sobrevivência e de reconhecimento social. Tanto esforço, é o que se exige como condição para que não sejam confundidos com “bandidos”, “drogados”, “vagabundos”, situação para a qual não há possibilidade de reconhecimento social, embora possa propiciar rendimentos maiores. Trata-se, como procuramos aqui realçar, de uma situação limite. No Brasil atual, ou vivemos um momento de reorientação da

dinâmica socioeconômica, que será capaz de superar positivamente situações como essas, ou não conseguiremos ir além de um intervalo momentâneo e, diante das tendências mundiais, agravadas com a crise global recentemente desencadeada, o que nos espera será a continuidade de um ciclo de precarização social que as multiplicará.

## Referências bibliográficas

- ALVES, Jorge Souza; SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da. A dinâmica recente do mercado de trabalho campinense: mudanças e permanências. 2008. In: Vêras de Oliveira, R. (Org.). *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.
- BALTAR, Paulo; KREIN, Dari; LEONE, Eugênia. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: Leite, M. e Araújo, A. (orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CACCIAMALI, C. Globalização e processo de informalidade. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp, Instituto de Economia, n. 14, jun. 2000.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social* – uma crônica do salário. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 1990, *Estudos Econômicos*, São Paulo, nº 27 (especial), 1997, pp. 65-84.
- FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, nº 41, mai/ago 2004, pp. 211-229.
- HAVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LEITE, Márcia; ARAÚJO, Ângela. (orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.
- LIPIETZ, Alain (1989). O fordismo periférico. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, nº 10, vol. 2, 1989;



MALAGUTI, Manoel Luiz. *Critica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Bomtempo, 2000.

OIT. *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Ginebra: OIT, 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. *Critica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.